



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
1ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Edifício Empresarial Atrium, 1º Andar, Torre Sul - Zona Armazém -
Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: (44) 3472-2720 - E-mail: primeiracivelmaringa@hotmail.com

Autos nº. 0029070-63.2018.8.16.0017-

A petição inicial atende os requisitos e apresenta os documentos exigidos no art. 51 da LRF, de modo que defiro o processamento da **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** da empresa AOC P ASSESSORIA EM ORGANIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS LTDA.

1. Nomeio como ADMINISTRADOR JUDICIAL o advogado Dr. Marcio Roberto Marques – OAB/PR 65.066.

2. Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a devedora exerça suas atividades, inclusive para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais creditícios, observado o disposto no art. 60 da LRF.

3. Determino que as instituições bancárias citadas no item 10.2 da exordial se abstenham de realizar quaisquer bloqueios ou retenções nas contas da Recuperanda, nos termos do art. 49 do LRF.

4. No tocante aos serviços essenciais de energia elétrica e saneamento (Copel e Sanepar), concedo a tutela antecipada requerida, determinando que não seja interrompido o seu fornecimento para a Recuperanda. Oficie-se.

5. Em relação ao pedido de sobrestamento de protestos, defiro a suspensão na forma requerida em tutela antecipada (item 10.4 da exordial). Oficie-se.

6. Determino a suspensão, por 180 dias de todas as ações e execuções em trâmite contra os devedores, inclusive àquelas dos credores particulares do sócio solidário, devendo os Autos permanecerem nos respectivos juízos onde se processam, reiniciando o andamento após decorrido o prazo, independente de pronunciamento judicial. Incumbe aos devedores fazer tal comunicação da suspensão.

No entanto terá prosseguimento a ação que demandar quantia ilíquida e ações fiscais, quanto as ações trabalhistas deve observar o disposto no § 2º do art. 6º da LRF.

As ações propostas contra os devedores deverão ser comunicadas a este Juízo pelo Juiz competente, quando do recebimento da petição inicial e pelos Devedores, imediatamente após a citação.

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTBC 54JUSS AXZYA VUG9B

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJL79 CWX47 DF45Q UFV2D

PROJUDI - Processo: 0029070-63.2018.8.16.0017 - Ref. mov. 13.1 - Assinado digitalmente por Mario Seto Takeguma:8236
21/01/2019: CONCEDIDO O PEDIDO . Arq: Decisão

7. Determino aos Devedores a apresentação mensal de contas.

8. Intimem-se os Devedores deste despacho, bem como o administrador nomeado.

Lavre-se termo.

9. Intime-se o MP e Fazendas Públicas Federal, Estadual e do Município.

10. Expeça-se **edital** para publicação no órgão oficial observando o disposto no § 1º
do art. 52 da LRF.

11. Deve os Devedores apresentarem, em 60 dias, o plano de recuperação em Juízo,
que deverá ser publicado por edital o recebimento do plano de recuperação, podendo apresentar objeção
sobre o plano, no prazo de 30 dias

12. Havendo impugnação contra relação de credores, autue-se em separado (art.13, §
único), intime-se o Credor Impugnado para contestação em 5 dias, após manifeste-se a Recuperanda, o
Administrador Judicial e o Ministério Público em 5 dias sucessivamente. (Arts 8º e 11 da LRF)

13. Caso a impugnação seja de iniciativa do próprio Credor, manifeste-se a
Recuperanda, o Administrador Judicial e o Ministério Público em 5 dias sucessivamente.

14. As habilitações retardatárias de crédito, apresentadas antes da homologação do
quadro-geral de credores, serão recebidas como impugnações e processadas na forma supra. (Art.10, §5º)

Diligências necessárias.

Maringá/PR, data da assinatura eletrônica.

Mário Seto Takeguma – JUIZ DE DIREITO

Ciente em 07/02/19



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJTBC 54U5S AXZYA VUG9B

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJL79 CWX47 DF45Q UFV2D